



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

### **PARECER DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2013**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, o projeto referenciado altera e acrescenta dispositivos à Resolução n. 136, de 8 de outubro de 2007, para o fim de instituir a Tribuna Livre nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

Recebida, a matéria foi distribuída a esta Comissão, para exame de admissibilidade e dos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, na conformidade do que estabelecem os arts. 88, “a” e “b”, e 168 do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é conferido exclusivamente à Mesa Diretora, nos termos do art. X da Lei Orgânica do Município.

No plano jurídico-constitucional, a Câmara Municipal, nos termos do art. 30, X, da Constituição da República tem ampla liberdade para dispor sobre sua organização e funcionamento.

A Tribuna Livre se insere nesse contexto, eis que é mecanismo imbricado com o modo com que se processam as reuniões ordinárias da Câmara Municipal, constituindo etapa do Grande Expediente.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

Cumpre ressaltar que a nossa democracia é representativa (art. 2º da CR/88), muito embora existam mecanismos de participação popular direta previstos na Constituição, como o referendo e o plebiscito.

Neste panorama, a Câmara Municipal deve estar atenta no sentido de propiciar a plena participação popular no processo decisório, de modo a evitar a ruptura entre representantes e representados e a tomada decisões em desacordo com o senso coletivo, com inegáveis prejuízos institucionais.

Daí porque a instituição da Tribuna Livre durante as reuniões da Câmara é medida consentânea com a perspectiva de que o poder pertence ao povo e em seu nome deve ser exercido.

Ressalto, porém, em razão até da sistemática e dos prazos de duração das reuniões ordinárias da Câmara, que o número de oradores inscritos para a Tribuna Livre, em cada reunião, não seja superior a 3 (três).

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Resolução 2, de 2013, com a Emenda 1, parte integrante deste parecer, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.

Vereador ROBINHO DA CRUZ

Relator



**CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**  
**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**  
**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**  
**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2013**  
**EMENDA 1**

Modifica dispositivo do Projeto de Resolução n. 2/2013.

Fica modificado o art. 24, contido no art. 1º do Projeto de Resolução n. 2/2013, que passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 24. Cumprido o disposto no art. 23, passar-se-á ao recebimento de proposições e à concessão da palavra aos vereadores e aos oradores inscritos para a Tribuna Livre, neste último caso até o máximo de 3 (três) por reunião”. (NR)*

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.

Vereador ROBINHO DA CRUZ  
Relator